



ATA SEI

295ª ATA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVILLE

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, reuniu-se, em modo híbrido, o Conselho Fiscal do Ipreville para realização de **reunião ordinária** agendada para às nove horas. Fizeram-se presentes: Conselheira Titular Nata e Diretora Financeira do Ipreville Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral; Conselheiro Presidente Samuel Luiz Bernardes Gomes; Conselheiro Vice-Presidente Neilson Rocha; Conselheira Secretária Ketty Elizabeth Benkendorf; Conselheira Titular Elizia Roberta Mafra; Conselheira Suplente Nata e Diretora-Executiva do Ipreville Cleusa Mara Amaral; Conselheiro Suplente Christian Chermak na condição de Titular representando a Conselheira Samara Perfeito Nunes; Conselheiros Suplentes: Gerkes de Sellos Rocha Júnior, José Paulo Peixer e Silvano Ribeiro. Também estiveram presentes: Guilherme Machado Casali Diretor-Presidente do Ipreville; Fabiane Heiderscheidt Moreira Assessora de Investimentos do Ipreville; Igor Almeida representando a SMI Consultoria de Investimentos; e Roberto Araújo representando a Staff Auditoria e Assessoria. Registra-se que a Conselheira Titular Samara Perfeito Nunes esteve impossibilitada de comparecer a esta reunião por estar em outro compromisso no mesmo horário. O Presidente deste Conselho Samuel Luiz Bernardes Gomes, agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião realizando a leitura da pauta: **1) Leitura, discussão e aprovação da ordem do dia** - Não houve manifestação sobre este item. **2) Apresentação e Deliberação da Política de Investimentos para 2026** - Com a palavra Igor Almeida representando a SMI Consultoria de Investimentos, que iniciou com a apresentação sobre o cenário econômico, falando da economia americana onde observa-se o enfraquecimento do mercado de trabalho e a aceleração dos preços. "Os preços de serviços têm uma desaceleração lenta hoje, por outro lado, quando observados os produtos desde o ano passado, os preços já estão subindo consideravelmente", explicou. Um dos principais motivos que causa isso são as tarifas. Hoje, o Banco Central acredita que esse efeito seria transitório e, de fato, uma política tarifária tem um impacto de curto prazo. "O problema é que essa palavra, transitório, já foi utilizada pós pandemia, quando eles acreditaram que passada a pandemia, aquela inflação seria transitória, e até o momento, estamos sentindo os efeitos, as consequências dessa inflação alta, desde a pandemia. Então isto é uma preocupação", declarou Igor. Ele apresentou ainda um gráfico com a descrição da situação inflacionária e mercados de trabalho. "Há mais desempregados que vagas. E isso cria uma perspectiva de que haveria um processo de desaquecimento dessa economia. Isso não quer dizer que os Estados Unidos não vão crescer. Ele só vai crescer a um ritmo lento", esclareceu. Igor apresentou também um panorama econômico da zona do euro, onde a perspectiva é de crescimento moderado, amparado por investimentos públicos em defesa e infraestrutura, e pela manutenção de juros baixos. No campo monetário, a política segue acomodática diante das perspectivas de uma inflação controlada. O panorama econômico da China espera-se que em 2026 o crescimento seja mantido por um ambiente externo menos hostil, por um ciclo de flexibilização monetária e pela continuidade de estímulos do governo, com maior volume de gastos públicos direcionados. "A principal estratégia hoje, do Governo Chinês, é estimular essa economia interna e se tornar menos dependente do resto do mundo". Quanto a trajetória inflacionária e política monetária do Brasil, a inflação se mantém acima do limite superior do intervalo de tolerância, nos próximos meses e depois. Mesmo seguindo o movimento de queda iniciado no segundo trimestre de 2025, ainda permanece acima da meta. Sobre o comportamento econômico (PIB e Mercado de Trabalho), o hiato do produto continua em níveis positivos, pressionando assim a inflação, mas a projeção é de queda ao longo dos próximos trimestres. No entanto, o ritmo de desaquecimento do mercado de trabalho é lento e gradual. Quanto a questão do Governo e Política fiscal, o crescimento da dívida pública, a continuidade da expansão dos gastos obrigatórios e a dependência de receitas extraordinárias, tornam desafiador o cumprimento da meta de resultado primário superavitário, previsto no Projeto de Lei Orçamentária de 2026. Igor demonstrou no gráfico a evolução da dívida líquida do setor público. Para o ano de 2026, ele

apresentou as considerações demonstrando que os Estados Unidos enfrentam o desafio de equilibrar inflação e atividade; O globo Europeu deve preservar estabilidade econômica, apesar das adversidades; A China busca fomentar o consumo interno em meio a tensões comerciais; E o Brasil apresenta limites de seu espaço fiscal e o impacto das eleições. E também desafios para a combinação de políticas monetária e fiscal. Com essa base de estruturação da economia, foi estruturada a Política de Investimentos para 2026. Nessa apresentação, Igor esclareceu sobre os objetivos da política de investimentos, o período de vigência, a meta de rentabilidade, o modelo de gestão, as competências dos responsáveis, a gestão de risco da carteira, o plano de contingência, limites e estratégia, e alguns outros pontos importantes. O objetivo é estabelecer o gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos do RPPS, em conformidade com a Resolução CVM nº 4.963/21 e a Portaria MTP nº 1.467/22. Encerrando a apresentação da SMI, a Diretora Financeira Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral pediu a palavra para esclarecer alguns pontos que o período de vigência da PI compreende entre 01/01/2026 à 31/12/2026, conforme determina a legislação; Também sobre a Meta de Rentabilidade que é a taxa de juros parâmetro equivalente a duration do passivo, que a meta atuarial do Ipreville para 2026 ficou definida em INPC + 5,61% a.a. (cinco vírgula sessenta e um percentuais) sendo que foi utilizado o acréscimo de 0,15% referente ao alcance de meta atuarial em um exercício entre os anos de 2020 e 2024, conforme estabelece a Portaria nº 1.467/2022 e Portaria nº 2.010/2025; Mencionou ainda que o Índice de Referência do Instituto é o INPC; Apresentou o modelo de gestão adotado, sendo gestão própria na parte dos recursos, em conformidade com o inciso I, parágrafo 1º, artigo 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021; Gestão Mista e Ativa na parte dos contratos das carteiras administradas. Exibiu as competências dos responsáveis nos processos de decisão dos investimentos, para atender ao disposto no § 6º, do artigo 1 da Resolução CMN nº 4.963/2021, que define as competências de todos os agentes participantes da gestão dos investimentos. Na PI 2026, a gestão de risco estabelece algumas regras que permitirão identificar, mensurar e controlar os riscos aos quais os investimentos estão expostos, sendo o risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e outros riscos descritos na Política de Investimentos 2026; A proposta do plano de contingência a ser adotado, visando readequar a carteira de investimento a legislação e normas desta Política de Investimentos, quando ocorrer o descumprimento dos limites máximos, quando ocorrer excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos ou ainda quando ultrapassado os limites de Vol e Var. Trouxe também os limites da PI 2025 e a estratégia alvo conforme quadro apresentado. Apresentou ainda outros pontos importantes que serão contemplados na Política de Investimentos para 2026, como a seleção de produtos, as estratégias de investimentos e desinvestimento, o credenciamento das Instituições, cadastro dos fundos, a abertura das carteiras de fundos, métricas de performance e a política de transparência; As principais alterações foram a inclusão do item 8.2 – utilização dos limites de alocação de acordo com o nível do Programa Pró Gestão. Foi incluído o item 8.3 - “Essa alocação tem como intuito estabelecer estratégias a serem perseguidas ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo, admitindo variação de 2,00% (para mais ou para menos)”. Alterado o item 13.6.2 - alteração da classificação mínima do FIDC de AAA para A. Outra modificação proposta foi o item 19 – Observações de Princípio de Governança, Social e Corporativa, com uma melhor redação. Diante do exposto e esclarecidas as dúvidas, os conselheiros aprovaram por unanimidade a Política de Investimentos para 2026. Dando sequência a pauta, foi passada a palavra ao Sr. Roberto Araújo representante da Staff Auditoria e Assessoria para manifestar-se sobre o item **3) Apresentação da Auditoria do Balanço 2024** - Examinadas as demonstrações contábeis do Instituto (IPREVILLE), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Foi então realizada uma análise de toda a movimentação financeira, aplicação, demonstrações contábeis e circularizações dos principais saldos. Com relação às demonstrações contábeis foram executados testes para verificar se estavam de acordo com as normas brasileiras relacionadas aos RPPS. Por fim, foi apresentado o Relatório dos Auditores Independentes. Conforme relatório, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ipreville em 31 de Dezembro de 2024. Apresentaram apenas algumas observações, que serão regularizadas pela administração. Após a apresentação, o Sr. Roberto se colocou à disposição para esclarecimentos. A Diretora Financeira do Ipreville explicou que a auditoria do balanço é contratada para analisar o trabalho contábil realizado pelo Ipreville, e não foi identificado nenhum registro relevante, sendo o relatório final sem ressalvas. Por fim, Jucemeri lembrou que o assunto não tem caráter deliberativo, sendo apenas para conhecimento. Inclusive, o relatório final da auditoria será encaminhado aos conselheiros. Próximo assunto da pauta: **4) Relatório de Governança Corporativa - 3º Trimestre/2025** - A Conselheira Suplente Nata e Diretora-Executiva do Ipreville Cleusa Mara Amaral iniciou a apresentação explicando que esse relatório é um acumulado dos meses de julho a

setembro deste ano. Nele estão descritas as deliberações dos Conselhos Administrativo e Fiscal; Ações do Controle Interno, da Consultoria Jurídica, da Área de Relacionamento, do Comitê de Investimentos, do Núcleo Gestor de Investimentos, e da Gerência Financeira (contribuições arrecadadas, receita de parcelamentos, valores dos imóveis conforme última avaliação, receita da alienação dos imóveis, compensação previdenciária, receita de investimentos, composição dos investimentos, despesas administrativas e previdenciárias, Pasep liquidado e o Patrimônio). Com relação a Gestão Atuarial, Cleusa trouxe dados atualizados mensalmente na contabilidade correspondentes as provisões matemáticas previdenciárias. Na sequência, apresentou as ações da Gerência de Previdência (gestão de benefícios, prova de vida e serviço social) e da Gerência Administrativa (compras, contratos, tecnologia da informação, gestão de pessoas e folha de pagamento dos aposentados). Por fim, foram exibidos os objetivos estratégicos e de impacto para o Planejamento Estratégico do Instituto, conforme última atualização. Após a apresentação e esclarecimentos, os conselheiros aprovaram o Relatório de Governança Corporativa correspondente ao 3º trimestre deste ano. Dando sequência aos trabalhos, Cleusa passou para o próximo item da pauta: **5) Apresentação e Deliberação do Relatório do Controle Interno - 3º Trimestre/2025** - Ela explicou que essa apresentação trimestral é uma exigência do Programa Pró-Gestão. Atualmente o Controle Interno do Ipreville faz a minúcia apenas nos processos de concessão de aposentadoria/pensão, mas ainda não faz a verificação dos processos das demais áreas. Porém, com a aprovação da reforma administrativa, o setor está sendo reestruturado e em breve serão analisadas as demais áreas também. No relatório correspondente ao trimestre de julho a setembro, emitido pela Agente de Controle Interno do Ipreville Daniela Antoniely Gelinski Sampaio, consta as manifestações sobre todos os processos de concessão de aposentadoria e pensão. Foram analisados noventa processos, na integralidade, e registrado um resumo dos achados de verificação, com medida corretiva quando necessário. No relatório também consta uma tabela detalhada sobre o comprev, com os valores pagos e recebidos de outros Regimes Previdenciários. Também informa dados atualizados dos bloqueios de aposentadoria ou pensão por falta do cadastramento anual (prova de vida); Ações dos processos administrativos; Do Programa Pró-Gestão RPPS; Dos investimentos; Do Código de Ética; Da criação do Comitê de Integridade e Compliance do Ipreville e a elaboração do Plano de Integridade e Compliance pelo município; Dos registros de Ouvidorias; Das capacitações e visitas técnicas realizadas; Das certificações do Programa Pró-Gestão Nível III; Das certidões negativas de antecedentes criminais; Da participação no Programa e-Prevenção (sem alterações); Dos investimentos; E da conclusão e recomendações. Finalizando a apresentação e não havendo questionamentos sobre o relatório do Controle interno, o item foi colocado em votação e aprovado pelos conselheiros presentes. Na sequência, foi passada a palavra a Diretora Financeira Jucmeri Aparecida Fernandes Cabral que iniciou a apresentação do item: **6) Apresentação e Deliberação do Balancete Mensal - Outubro/2025** - Ela expôs as diversas receitas do Instituto, sendo contribuições previdenciárias, parcelamentos das contribuições, parcelamentos dos déficits atuariais e repasse do IRRF. Receitas dos imóveis, dos investimentos, a rentabilidade mensal e os índices. Demonstrou também as despesas liquidadas, o resultado previdenciário, o patrimônio do Instituto e os recursos da taxa de administração. Após análise da apresentação, o balancete foi aprovado pelo Conselho. Ainda com a palavra a Diretora Financeira do Ipreville para a apresentação do item **7) Apresentação e Deliberação do Relatório Mensal do Comitê de Investimentos - Outubro/2025** - Jucmeri iniciou comentando sobre a deliberação da proposta da Política de Investimentos, com algumas alterações/ajustes. O Comitê também deliberou sobre a aplicação no Fundo XP Selection Prime Institucional - FIP, aprovando o aporte de R\$10 milhões. Outra deliberação foi sobre os recursos que serão recebidos de cupom de juros e serão reinvestidos em NTN-B 2035. Em relação ao valor do cupom de juros referente aos títulos da carteira administrativa junto a XP Investimentos, esses serão realocados na carteira, de acordo com a proposta e decisão do gestor. Dando continuidade ao relatório do Comitê, Jucmeri demonstrou informações do cenário econômico (internacional e nacional), os investimentos e a rentabilidade das carteiras. Apresentou ainda a posição dos títulos públicos marcados na curva, as informações do ALM - Asset and Liability Management e, por fim, exibiu os repasses das contribuições, os recursos recebidos e os informes gerais. Isto posto e esclarecidas as dúvidas, o Relatório Mensal do Comitê de Investimentos, correspondente ao mês de outubro, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Últimos itens da pauta deliberativa: **8) Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho para 2026** e **9) Apresentação e Deliberação do Calendário de Reuniões para 2026** - Jucmeri explicou que de acordo com as atividades dos anos anteriores e dentro do que preconiza o Programa Pró-Gestão, no plano de trabalho foram inseridas tarefas a serem realizadas pelo Conselho no próximo ano. Não houve objeção por parte dos membros deste Conselho, nem sugestão de inclusão de novo tema. Quanto ao cronograma das reuniões, ficou definido manter as reuniões ordinárias nas sextas-feiras (mensalmente), às 9h, em modo híbrido. Exceto no mês de novembro que será numa quinta-feira, dia

19, tendo em vista que dia 20 (sexta-feira), será feriado. Registrado ainda que no mês de janeiro a reunião acontecerá somente na última sexta, tendo em vista o prazo de fechamento do balanço e cálculo atuarial. Da mesma forma no mês de fevereiro, porém pelo fato do sistema e-pública ficar indisponível por 10 dias, não sendo possível qualquer movimentação contábil nesse período. Aproveitando a oportunidade, o Presidente deste Conselho Samuel Luiz Bernardes Gomes, informou que estará de férias na última semana de janeiro de 2026, devendo então presidir a reunião o Vice-Presidente Conselheiro Neilson Rocha. Diante do exposto, os itens 8 e 9 da pauta foram devidamente aprovados pelos conselheiros presentes. **10) Informes Gerais - a)** Com a aprovação da reforma administrativa, o Ipreville está estruturando algumas áreas, equipe técnica, inclusive a Diretora Financeira agora é membro nato neste Conselho. **b)** Informado que a última reunião do ano, conjunta entre os Conselhos Fiscal e Deliberativo, acontecerá no dia 08 de dezembro de 2025, no Hotel Bourbon. Pauta a ser definida. **c)** O Ipreville recebeu o 1º lugar no 16º Prêmio Nacional de Boas Práticas de Gestão Previdenciária da ANEPREM. **d)** Registra-se que foi emitida uma nota de esclarecimento reforçando que o Ipreville não tem nenhum relacionamento nem investimentos com o Banco Master. Isto posto e não havendo nada mais a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu Tania Regina Senem, redigi a presente ata que após lida e julgada, será devidamente assinada:

Conselheiros presentes:

Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral

Diretora Financeira do Ipreville

Titular Nata

Samuel Luiz Bernardes Gomes

Presidente

Titular

Neilson Rocha

Vice-Presidente

Titular

Ketty Elizabeth Benkendorf

Secretária

Titular

Elizia Roberta Mafra

Titular

Christian Chermak

Suplente na condição de Titular representando a Conselheira Samara Perfeito Nunes

Cleusa Mara Amaral

Diretora-Executiva do Ipreville

Suplente Nata

Gerkes de Sellos Rocha Júnior
Suplente

José Paulo Peixer
Suplente

Silvano Ribeiro
Suplente



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Peixer, Servidor(a) Público(a)**, em 15/12/2025, às 12:00, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jucemeri Aparecida Fernandes Cabral, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/12/2025, às 12:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Neilson Rocha, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 13:06, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Luiz Bernardes Gomes, Servidor(a) Público(a)**, em 15/12/2025, às 13:21, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvano Ribeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 15/12/2025, às 13:21, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ketty Elizabeth Benkendorf, Servidor(a) Público(a)**, em 15/12/2025, às 13:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Elizia Roberta Mafra, Gerente**, em 15/12/2025, às 13:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Gerkes de Sellos Rocha Junior, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 14:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Christian Chermak, Gerente**, em 15/12/2025, às 14:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Cleusa Mara Amaral, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/12/2025, às 15:21, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27743119** e o código CRC **FD8F45FA**.

Rua Otto Boehm, 442 - Bairro América - CEP 89201-700 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.296822-9

27743119v52